

CIES e-WORKING PAPER N° 18/2006

**Modos de Percepção das Drogas em Portugal: resultados preliminares**

MARIA DO CARMO GOMES

*CIES e-Working Papers* (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, [cies@iscte.pt](mailto:cies@iscte.pt)

**Maria do Carmo Gomes** é Socióloga; Investigadora do CIES-ISCTE; Doutoranda do Programa de Doutoramento em Sociologia do ISCTE e bolsista da FCT; Coordenadora Científica do OberCom – Observatório da Comunicação; Consultora da Direcção-Geral de Formação Vocacional do Ministério da Educação. Tem trabalhos desenvolvidos em áreas de especialização como os consumos de drogas e toxicodependência; redes tecnológicas e sociais; media e comunicação; educação e formação de adultos; juventude e exclusão social. E-mail: [carmo.gomes@iscte.pt](mailto:carmo.gomes@iscte.pt)

## Resumo

Como vêem os portugueses o consumo de drogas e a toxicodependência? Quais são os principais modos de percepção do fenómeno das drogas em Portugal? Quais os factores sociológicos que podem influenciar esses modos de percepção? Que utilidade e como pode ser construído um modelo analítico para estudar as percepções sociais sobre o fenómeno dos consumos de drogas? As respostas a estas questões são os objectivos centrais do texto que aqui se apresenta. Pretende-se apresentar e discutir os resultados preliminares obtidos acerca das percepções das drogas e da toxicodependência, através da aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra representativa da população portuguesa, realizado no início de 2005. Este tipo de abordagem é muito útil, não só para compreender os diferentes discursos das pessoas acerca das drogas, consumidores e traficantes, etc., mas também para perceber as suas relações com algumas variáveis de caracterização social como a idade, a escolaridade, a profissão, e a classe social de pertença. Analisa-se ainda neste texto o modo como os contactos e as interacções com consumidores e universos de consumo podem modificar os modos de ver as drogas e seus consumos.

**Palavras-chave:** drogas, consumo de drogas e toxicodependência, percepções sociais, análises multivariadas, tipologia de modos de percepção das drogas

## Abstract

How Portuguese people “see” drugs use and abuse? What are the main ways of perceiving drugs issues in Portugal? Which are the sociological factors that influence such perceptions? Which is the useful and how can it be constructed an analytical model for understand such questions? The answers for these questions are the main guidelines for the paper proposed here. It intends to present and discuss some data about perceptions on drugs use and abuse, collected in the beginning of 2005, through a sample of the Portuguese population. This kind of approach could be very useful to understand the different ways that people use for discourse about drugs, drug users, dealers, etc. and how they could be related with age, school attendance indicators, occupations, social positions. It is also analysed if the contacts and interactions with drugs users and contexts could change the ways people see drugs and its use and abuse.

**Key words:** drugs, drug use and abuse, social perceptions, multivariate analysis, typology of ways of perceiving drugs

## **Introdução**

Como são vistas as drogas e os seus consumos em Portugal? Quais as opiniões que os portugueses têm sobre os consumidores de drogas, as substâncias psicoactivas, os factores que explicam os consumos e as consequências sociais do envolvimento com drogas? Serão distintos os modos de percepção do consumo de drogas entre a população portuguesa?

Estas são algumas questões que guiaram a pesquisa que se apresenta neste paper, e cujo objectivo principal é o de identificar, caracterizar e analisar diferentes modos de percepção das drogas em Portugal.

Habitualmente, esta não é uma abordagem muito comum nas pesquisas sobre drogas e toxicodependências. Têm-se privilegiado antes de mais as perspectivas e posições dos actores envolvidos no fenómeno das drogas, com o objectivo de se compreender os modos de relação que se estabelecem com as substâncias, as trajectórias desenvolvidas, os sentimentos e experiências de exclusão e discriminação social vivenciados pelos toxicodependentes, as políticas públicas de intervenção, a legislação que regulamenta a questão do consumo de drogas, mas não tanto a forma como as substâncias, os consumidores e os consumos de drogas ilícitas são percebidos pelas populações em geral. É, pois, com o objectivo de analisar este último tópico que se realizou a pesquisa que conduziu aos resultados que se apresentam neste artigo.

Esta pesquisa faz também parte de um projecto de investigação para doutoramento, com objectivos de conhecimento científico mais amplos, e ao mesmo tempo de maior aprofundamento, sobre o fenómeno do consumo de drogas na sociedade portuguesa, e em particular, no campo da sociologia.

A adopção de uma perspectiva analítica radicada em metodologias quantitativas- extensivas permite ainda obter a partir de uma amostra representativa da população portuguesa dados que caracterizam a posição dos portugueses face a estas matérias. Para além disso, a definição de políticas públicas no campo das drogas poderá também apoiar-se nos resultados obtidos através desta pesquisa. A tomada de decisões com base em conhecimentos sólidos e cientificamente válidos é cada vez mais uma exigência das sociedades contemporâneas e de cidadãos cívica e socialmente envolvidos e o campo das drogas não é, neste aspecto, uma excepção. Aliás, é um campo que por excelência se deveria pautar por este tipo de actuação.

O presente texto estrutura-se assim em três diferentes partes. Em primeiro lugar, pretende-se enquadrar a situação portuguesa no contexto da União Europeia no que diz respeito ao fenómeno do consumo de drogas e das toxicodependências, evidenciando as suas especificidades e evoluções nos últimos anos. Em segundo lugar, apresentar-se-ão alguns dos resultados das opiniões dos portugueses em relação a quatro dimensões fundamentais relacionadas com os consumos de drogas – os consumidores, as substâncias, os factores explicativos do consumo e as consequências sociais das toxicodependências. Por último, e em terceiro lugar, discutir-se-á a partir de análises multivariadas dos dados obtidos a identificação de três diferentes modos de percepção das drogas em Portugal, procedendo-se à caracterização de cada um dos respectivos tipos identificados e sua relação com as variáveis de caracterização social, com a proximidade a contextos de consumo e com as orientações socioculturais prefilhadas pelos portugueses.

### **Um modelo analítico**

O modelo analítico que esta pesquisa seguiu procura exactamente identificar diferentes modos de percepção das drogas pela população portuguesa, compreendendo quais os factores que influenciam essas opiniões e de que modo – tendo em conta que as pessoas não só partem de condições sociais de existência diferenciadas, como também os contactos com universos de consumo e/ou consumidores e os valores que preconizam para as suas vidas poderão ser importantes factores para que essas percepções assumam características diferenciadas<sup>1</sup>.

Pretende-se assim, de um modo geral, analisar as opiniões sobre (i) os actores sociais, (ii) as substâncias, (iii) os modelos explicativos dos consumos de drogas e (iv) as consequências sociais da toxicodependência.

Estas quatro dimensões de análise cobrem, por assim dizer, o campo das principais representações dos portugueses face aos consumos de drogas. Ou seja, fica-se a saber o que pensam os portugueses dos consumidores de drogas, das substâncias ilícitas que circulam e que são consumidas como drogas, das explicações que são atribuídas ao fenómeno e do entendimento que têm sobre aos efeitos sociais da toxicodependência a nível individual e colectivo.

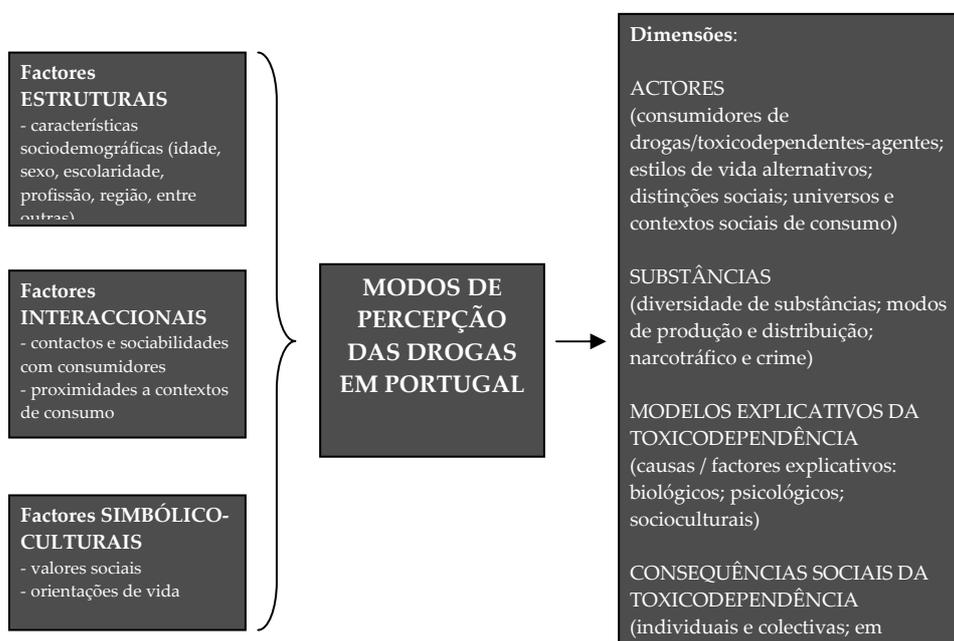
---

<sup>1</sup> Gomes, Maria do Carmo (2005), Modos de Percepção e Modos de Relação com as Drogas. Esboços para a definição de um modelo analítico, Programa de Doutoramento em Sociologia do ISCTE (paper policopiado), Lisboa, ISCTE.

Mas se a definição das variáveis dependentes a seu tempo chegou a uma formulação mais ou menos estável, a definição das variáveis independentes configurou-se como um caminho mais complexo. De que factores poderiam depender as opiniões manifestadas pelos portugueses acerca dos consumos de drogas? Era a esta pergunta que se tinha de dar resposta num segundo momento. As leituras realizadas sobre o tema já haviam conduzido a uma inventariação de possíveis factores explicativos, os quais se conseguiram agrupar em três grandes dimensões: factores estruturais, factores interaccionais e factores simbólico-culturais. Na primeira dimensão entram as questões relacionadas com as características sociodemográficas e as posições sociais que os indivíduos ocupam na estrutura social; na segunda dimensão tem-se em conta, essencialmente, os contactos e as sociabilidades que se estabelecem com consumidores de drogas, bem como a proximidade a contextos de consumo; e, por último, na terceira dimensão, são trabalhadas variáveis relativas aos valores sociais e aos modelos de orientação de vida.

Serão estes os factores que se terão em conta para explicar os diferentes modos de percepção dos portugueses face aos consumos de drogas. Mais especificamente, a questão que norteia a relação entre estas dimensões é: De que modo e em que medida as percepções dos portugueses face aos consumidores de drogas, às substâncias consumidas, aos modelos explicativos e às consequências sociais da toxicod dependência são explicadas por factores de ordem estrutural, interaccional e simbólico-cultural? E, qual o peso de cada um deles como factor explicativo de cada uma das dimensões?

A figura seguinte representa o modelo analítico anteriormente enunciado.



## **Portugal: um país específico no contexto das toxicodependências**

Nos últimos anos, tem havido um esforço acrescido de recolha de indicadores estatísticos sobre o fenómeno do consumo de drogas e das toxicodependências na União Europeia, à semelhança do que já acontecia por exemplo nos Estados Unidos da América. A criação do Observatório Europeu das Drogas e das Toxicodependências (OEDT<sup>2</sup>) e o trabalho desenvolvido no âmbito do European Monitoring Centre for Drugs and Drug Abuse (EMCDDA) têm vindo a possibilitar que países como Portugal tenham pela primeira vez, nesta área, dados disponíveis para conhecimento efectivo da situação nacional e comparação internacional, nomeadamente, no contexto europeu.

As fotografias anuais do OEDT sobre a situação de cada um dos países europeus em matéria de drogas e toxicodependências<sup>3</sup> não têm sido muito favoráveis para Portugal. Neste campo, como noutros, a sociedade portuguesa revela ainda traços de forte atraso estrutural em relação aos restantes países da Europa e consideravelmente pior, quando comparada com os mais desenvolvidos<sup>4</sup>.

Aquilo que os dados estatísticos têm revelado acerca da situação de Portugal é uma dupla condição da sociedade portuguesa. Por um lado, são revelados traços de avançada modernidade e desenvolvimento económico, social e cultural que assemelham a sociedade portuguesa às mais desenvolvidas da Europa, mas por outro, encontram-se ainda (muitas vezes) em simultâneo situações de atraso que nos colocam sempre em posições de grande fragilidade quando se analisam alguns indicadores, como por exemplo, os níveis de escolarização e de literacia, as taxas de pobreza, as taxas de abandono e insucesso escolar, o investimento em I&D, a penetração e difusão do uso das novas tecnologias de informação e comunicação, as taxas de produtividade e competitividade económica, entre outros. E o campo das drogas e das toxicodependências não é, mais uma vez, excepção neste quadro estrutural da sociedade portuguesa.

---

2 Para mais informações, consultar <http://www.emcdda.eu.int/index.cfm>

3 Ver a este respeito os relatórios anuais produzidos pelo OEDT sobre o fenómeno das drogas na União Europeia.

4 Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", Sociologia, Problemas e Práticas, nº 34, CIES/ISCTE, Oeiras, Celta Editora, pp. 9-46;

Viegas, José Manuel Leite, António Firmino da Costa (orgs.) (1998), Portugal, Que Modernidade?, Oeiras, Celta Editora.;

Cardoso, Gustavo, António Firmino da Costa, Cristina Palma Conceição e Maria do Carmo Gomes (2005), A Sociedade em Rede em Portugal, Porto, Campo das Letras.

Encontramos, por uma via, elevados valores de prevalência de infecções por HIV/AIDS entre os toxicodependentes, elevados valores de prevalência de consumos problemáticos de drogas, em particular da heroína, associado a um crescente envolvimento no consumos de drogas sintéticas<sup>5</sup> e a uma iniciação cada vez mais precoce dos jovens nos usos de drogas<sup>6</sup>. Encontra-se também em Portugal uma das mais elevadas prevalências de consumos de drogas nas prisões portuguesas e um número também elevadíssimo de detenções e condenações relacionadas com drogas (cerca de ¾ dos detidos estão presos por crimes relacionados directa ou indirectamente com o consumo de drogas), acompanhadas de consumos intravenosos de grandes proporções no interior dos estabelecimentos prisionais<sup>7</sup>.

E, por outra via, a relação encontrada em várias pesquisas entre condições sociais de pobreza e consumos e tráfico de drogas assume em Portugal configurações muito específicas, com concentrações de bairros de uso e narcotráfico no contexto das grandes cidades de Lisboa e Porto<sup>8</sup>, e o aparecimento de novas zonas de consumo no interior do país, associadas, em grande medida, aos fenómenos de concentração juvenil, dada a localização das universidades no território nacional e o efeito de fronteira com Espanha, como é o caso do distrito de Vila Real, ou de outros distritos na região do Alentejo<sup>9</sup>.

Por outra via ainda, Portugal revela mais uma vez essa condição de país a traçar o caminho para a modernidade, no que diz respeito à regulamentação e legislação no campo das toxicodependências. Enquadrada numa política de redução de riscos e minimização de danos, é descriminalizado o consumo de substâncias psicoactivas em 2000 (Decreto-Lei nº 30/2000), associando-se a esta alteração legislativa outras iniciativas e programas de intervenção social, como é o caso da criação das Comissões de Dissuasão da Toxicodependência ou a regulamentação do trabalho a desenvolver

---

5 Ver a este respeito os relatórios anuais produzidos pelo IDT acerca do fenómeno da toxicodependência.

Henriques, Susana (2003), O Universo do Ecstasy. Contributos para uma análise dos consumidores e ambientes, Azeitão, Autonomia 27.

6 Consultar os inquéritos ESPAD disponíveis no website do IDT ([www.drogas.pt](http://www.drogas.pt)).

7 Torres, Anália Cardoso e Maria do Carmo Gomes (2002), Drogas e Prisões em Portugal, Lisboa, IPDT/Ministério da Saúde.

8 Chaves, Miguel (1999), Casal Ventoso: da Gandaia ao Narcotráfico, Coleção Estudos e Investigações, Centro de Investigações Sociais, Viseu, Imprensa de Ciências Sociais.;

Fernandes, Luís (1998), O Sítio das Drogas, Coleção Comportamentos, Lisboa, Editorial Notícias.

9 Ver a este respeito os relatórios anuais produzidos pelo IDT acerca do fenómeno da toxicodependência.

pelas equipas de rua junto de consumidores problemáticos de drogas, em particular em determinados contextos de uso, como são determinados espaços sociais de narcotráfico. Portugal, ao se encontrar numa situação grave em termos de consumos de drogas e toxicodependência quando comparado com outros países europeus, tenta contrariar as tendências negativas de evolução dos indicadores com um conjunto de medidas e regulamentações políticas que, pela primeira vez, deslocaram a atenção da intervenção no campo das drogas dos aspectos essencialmente clínicos, individuais, e de estruturas de tratamento, para outros de ordem mais colectiva e sociológica. Porém, esta tendência de aproximação à realidade europeia no que se refere à abordagem da redução de riscos e a tentativa de contrariar as tendências marcadamente negativas nos indicadores relacionados com os consumos de drogas começa a ser questionada a partir de 2002.

A avaliação externa realizada à Estratégia Nacional de Luta contra a Droga 1999-2004<sup>10</sup> mostra claramente que muito ficou por fazer e muitos dos objectivos foram apenas parcialmente alcançados.

Portugal associa, por exemplo, dinâmicas de crescimento dos consumos de drogas sintéticas entre os jovens consumidores com trajectórias de longa duração de consumos problemáticos de drogas, e também o ressurgimento de consumos recreativos em grande escala de determinadas substâncias, como a cocaína e a cannabis. A par de tudo isto, encontra-se também uma elevada prevalência de consumos de álcool entre a população portuguesa, nomeadamente, entre os mais jovens.

O problema das drogas em Portugal está longe de encontrar uma resolução, e o facto de terem surgido nos últimos anos políticas descontínuas e desintegradas dificultou o alcance das metas delineadas para esta primeira etapa de intervenção na área das toxicodependências.

A Estratégia Nacional 2005-2012 evidencia a continuação do trabalho desenvolvido até aqui em termos de reforço das estruturas de tratamento e políticas de proximidade ao toxicodependente, mas atribui um especial ênfase à prevenção, à investigação e à intervenção coordenada e integrada territorialmente, bem como à atenção a novas tendências de consumo.

Políticas de intervenção intermitentes, conjugadas com ciclos económicos de crise e dificuldades sociais, deixam a sociedade portuguesa com problemas sérios com que lidar no início deste novo século, e as dependências são, sem dúvida, um deles. Num país em que o fenómeno do uso de drogas se relaciona tão intimamente com as

---

<sup>10</sup> INA, Avaliação Externa da ENLCD 1999-2004 (disponível no website do IDT).

condições sociais de existência da sua população, como percepcionarão os portugueses as substâncias ilícitas e os seus usos?

## **Percepções sociais das drogas e dos seus consumos**

### *Drogas e consumos de drogas*

Os portugueses, quando questionados<sup>11</sup> sobre o modo como percepcionam as substâncias psicoactivas vulgarmente denominadas por ‘droga’ ou ‘drogas’, elegem como principais características o facto de existirem “várias substâncias ilícitas que provocam efeitos e consequências diferentes nos indivíduos” (90,2%) e, em simultâneo, o serem um “problema social e criminal grave” (88%). De seguida, para cerca de ¾ dos portugueses “as drogas ilícitas são um recurso económico para a subsistência de muitas populações em vários locais do mundo” (73%) e, com um pouco menos de adesão, surge a ideia de que “as drogas deixariam de ser ilícitas se os interesses financeiros associados ao narcotráfico terminassem” (66,9%). Bastante menor é a concordância da população portuguesa com o facto de as “drogas ilícitas fazerem parte de qualquer sociedade e deverem ser encaradas desse modo”. Metade da população portuguesa concorda com esta afirmação (51%).

Estes primeiros resultados mostram claramente a tendência dos portugueses para a assunção das drogas como algo problemático, com consequências graves para a sociedade, e não para uma visão mais relativista que assenta na ideia segundo a qual as substâncias ilícitas fazem parte de qualquer contexto social.

Já quanto aos consumidores de drogas ilícitas, as opiniões que os portugueses manifestaram sobre eles revelam, em primeiro lugar, a predominância da ideia da dependência química de uma determinada substância (86,7%). São 41,1% os portugueses que afirmam que todos os consumidores são dependentes e 45,6% os que referem que muitos deles o são. Pode afirmar-se que a ideia da toxicodependência é uma das representações sobre os consumidores de drogas com mais forte presença na opinião dos portugueses.

---

<sup>11</sup> Metodologicamente, esta pesquisa foi desenvolvida com base num inquérito por questionário a uma amostra representativa da população portuguesa (n=1002), com 15 e mais anos, residente em Portugal Continental, e foi aplicado durante o mês de Fevereiro de 2005 pela empresa MetrisGfK. O questionário concebido pretendia cobrir as diferentes dimensões contidas no modelo de análise (ver Gomes, 2005).

Em segundo lugar, e com valores muito próximos aos da pergunta anterior, surge a ideia de que os consumidores de drogas são “doentes”. Concordam que esta é uma característica dos utilizadores de drogas 86,3% dos portugueses. Para mais de metade (53,4%), a opinião é a de que são todos doentes e que deveriam ser sujeitos a tratamentos clínicos para se recuperarem, e 32,9% afirmam que a muitos deles associam esta característica.

Em terceiro lugar, também ainda com valores superiores a 80%, surge a opinião segundo a qual os consumidores de drogas “são jovens que não pensam nas consequências dos seus actos para o futuro” (85%). Sendo metade (49,1%) os portugueses que acham que são muitos os consumidores de drogas que têm estas características e 35,9% os que consideram que são todos. Com valores ainda acima dos  $\frac{3}{4}$ , 78,5% consideram que os consumidores de drogas ilícitas “são pessoas que vivem em situações de exclusão social”. São agora menos de  $\frac{1}{4}$  os que associam esta característica a todos os consumidores de drogas ilícitas (23,8%) e mais de metade (54,8%) os que acham que são muitos os que experienciam este tipo de situação.

Situações bastante menos associadas aos consumidores de drogas ilícitas pelos portugueses são as seguintes imagens: a de que “são iguais a quaisquer outras pessoas, apenas optam por um modo de viver diferente” (52,7%); a de que “são criminosos e devem ser julgados e punidos como tal” (49,6%); e a de que são indivíduos “que optam de modo consciente por esses consumos e ponderam as suas vantagens e desvantagens” (29,6%). Desta última representação, apenas 8,8% dos portugueses acham que são todos os consumidores de drogas ilícitas que fazem este tipo de opção. Enquanto que são ainda cerca de 20% os portugueses que consideram, por um lado, que os consumidores de drogas são todos criminosos (19,3%) e, por outro, 17,5% afirmam que são todos os que optam por um estilo de vida diferente.

Assim apresentados, estes resultados indiciam claramente que não há na sociedade portuguesa, como seria de esperar, uma posição unânime sobre os consumidores de drogas ilícitas. Recolhendo maiores consensos, encontram-se as características que os associam a pessoas que vivem situações de toxicod dependência, doentes, jovens, e com experiências frequentes de exclusão social.

Mas não deixam também de ser expressivas as opiniões que remetem os utilizadores de drogas para categorias como “criminosos” e, ao mesmo tempo, para pessoas que escolhem um determinado estilo de vida através de uma opção consciente e determinada.

Esboçam-se assim três tendências de percepção acerca dos consumidores de drogas ilícitas: uma tendencialmente mais normativa e conservadora, que os encara como indivíduos transgressores e desviantes da norma social (opinião de um grupo minoritário de portugueses); uma mais liberal e permissiva, que vê os utilizadores de substâncias psicoactivas ilícitas como indivíduos iguais a todos os outros, apenas com um modo distinto de estar e viver em sociedade (opinião também de um grupo minoritário); e, por último, os que os vêem essencialmente como pessoas com um problema de saúde relacionado com a dependência química deste tipo de substâncias (constituem um grupo de maiores proporções na sociedade portuguesa). Adiante, veremos se estas tendências se confirmam e de que forma.

### *Causas e consequências sociais dos consumos de drogas*

Um conjunto importante de pesquisas foi (e continua a ser) realizado com o objectivo de proceder à identificação dos factores que conduzem às toxicodependências e aos consumos de determinadas substâncias. Do ponto de vista clínico e individual, é essencial compreender as causas para melhor poder intervir em situações terapêuticas adequadas a cada indivíduo e à relação que estabelece com os consumos e com as substâncias consumidas. No campo da sociologia, em Portugal, há também alguns exemplos de pesquisas que se têm debruçado sobre essa dimensão de análise<sup>12</sup>.

Contudo, com uma perspectiva radicalmente distinta, nesta pesquisa pretendeu-se auscultar a população portuguesa relativamente à importância atribuída a um conjunto de factores explicativos que foram sendo identificados em pesquisas anteriores junto de populações consumidoras de drogas ilícitas.

Os resultados obtidos com este inquérito à população portuguesa surgem, em parte, em consonância com outros já obtidos junto de utilizadores de drogas no que diz respeito à atribuição de importância a factores que conduzem ao consumo de substâncias ilícitas. Mas porquê em parte?

Vejamos. Na hierarquização do 1º factor que conduz aos consumos de drogas surgem, por ordem de importância: a influência de amigos, familiares e outros

---

12 Miguel, Nuno, António Maia e Maria do Carmo Gomes (1999), "Traços, laços e dependências. A experimentação de drogas", em Pais, José Machado, Traços e Riscos de Vida. Uma Abordagem Qualitativa a Modos de Vida Juvenis, Coleção Trajectórias, Porto, Ambar, pp. 95-141;

Torres, Anália Cardoso, Ana Marques Lito, Isabel Sousa e Sofia Tormenta (2005), Toxicodependentes: trajectórias, perfis psico-sociológicos e padrões familiares – Sinopse, Lisboa, CIES-ISCTE (policopiado).

elementos do grupo de pares; o contacto fácil com drogas ilícitas; e a curiosidade. Em quarto lugar, surge a instabilidade e conflitos familiares e, em quinto, a pobreza. A importância destas explicações sofre ligeiras alterações na hierarquização do segundo factor, mas não tem implicações na ordem pela qual aparecem os factores explicativos. Já na hierarquização do terceiro factor mais importante que conduz aos consumos de drogas é muito interessante identificar uma inversão na ordem dos três primeiros factores citados como primeiro e segundo mais importantes – surgem agora, a curiosidade, em primeiro lugar, a influência dos amigos e pares, em segundo, e o contacto fácil com drogas, em terceiro. Mas, ainda mais interessante, é o facto de surgirem agora, em quarto lugar, a questão da afirmação pessoal, em quinto, outros consumos excessivos e dependentes de substâncias ilícitas e, finalmente, em sexto, a questão do prazer, a par com a instabilidade e conflitos familiares.

Pode então afirmar-se que os portugueses identificam como principais factores explicativos do consumo de drogas ilícitas, por um lado, factores exógenos (como a influência dos amigos e grupos de pares), e, por outro, factores de ordem individual (curiosidade e afirmação pessoal) e de ordem social (instabilidade e conflitos familiares e pobreza). As questões mais hedonistas, referidas muitas vezes pelos consumidores para justificarem o início dos consumos de substâncias psicoactivas<sup>13</sup> – mesmo os que depois se transformam em trajectórias de forte dependência e sofrimento – e as questões relacionadas com os percursos de insucesso e abandono, são exemplos da dissonância das justificações identificadas. Se uns relatam experiências individuais e ponderam factores objectivos das suas escolhas, outros resultam de apreciações subjectivas e de representações sociais sobre um fenómeno colectivo que pode configurar-se de maior ou menor proximidade social. E esta é, sem dúvida, uma variável que pesa nas percepções que se tem quanto às causas sociais e individuais dos consumos de drogas ilícitas.

Quanto às consequências sociais das toxicodependências (Figura 1), o que unanimemente é identificado pelos portugueses como uma consequência generalizada do uso de drogas é a que defende a ideia que “os consumos de drogas ilícitas são sempre

---

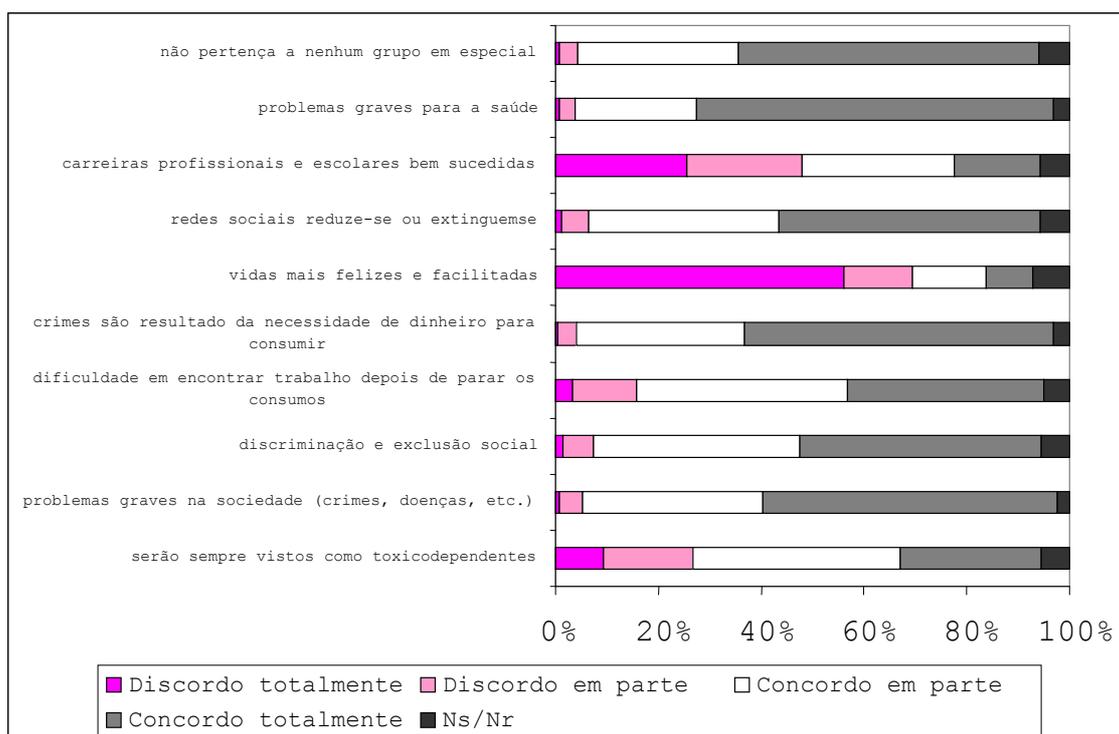
13 Gomes, Maria do Carmo (1997), *A Subcultura Juvenil das Drogas. Uma Perspectiva Sociológica Sobre o Fenómeno do Consumo de Drogas na Juventude*, Dissertação de Licenciatura, Lisboa, ISCTE.;

Miguel, Nuno, António Maia e Maria do Carmo Gomes (1999), “Traços, laços e dependências. A experimentação de drogas”, em Pais, José Machado, *Traços e Riscos de Vida. Uma Abordagem Qualitativa a Modos de Vida Juvenis*, Coleção Trajectórias, Porto, Ambar, pp. 95-141.

graves ou muito graves para a saúde dos que o fazem”. Apenas 3,8% dos portugueses discorda desta afirmação.

Pelo contrário, a ideia segundo a qual “os consumidores de drogas ilícitas têm vidas muito mais facilitadas e felizes que o conjunto da população” obtém a discordância de cerca de 70% da população portuguesa. Logo seguido, embora com bastante distância (48%), dos que discordam que os utilizadores de drogas “podem ter percursos escolares e carreiras profissionais tão bem sucedidas quanto quaisquer outras pessoas”.

**Figura 1** Percepções sobre as consequências sociais do uso e abuso de drogas



Surgem, depois, as questões relacionadas com o estigma. Embora 26,7% discorde de ideia de que os consumidores de drogas são sempre vistos como toxicodependentes (mesmo que parem com os consumos por um longo período de tempo) e 15,7% discorde da afirmação “os consumidores muito dificilmente conseguem um emprego após um período de recuperação e/ou tratamento”, apenas 7,5% discorda da afirmação “a discriminação e a exclusão social são consequências inevitáveis do consumo dependente e excessivo de drogas ilícitas”.

Mais uma vez, no plano das representações baseadas em categorizações abstractas, surge mais fortemente associada às toxicodependências uma perspectiva discriminatória do que quando se trata de situações concretas de vida quotidiana, como seja, encontrar um emprego depois de parar os consumos ou relacionar-se com essa pessoa com base na imagem de que é para sempre um toxicodependente.

Paradoxalmente, a ideia da extinção das redes de relacionamento social é referida por 87,8% dos portugueses. 92,3% concordam igualmente com a afirmação “os consumidores de drogas ilícitas provocam muitos problemas e mal-estar nas sociedades”, e cerca de 90% concordam também com o facto da origem social dos consumidores de drogas ilícitas ser socialmente transversal a todas as classes, não pertencendo a nenhum grupo em especial, e ainda que a maior parte dos crimes cometidos são para obter dinheiro de modo a garantir os consumos.

Para além destas percepções, à primeira vista algumas delas paradoxais, pode notar-se que as opiniões manifestadas pelos portugueses têm distribuições diferentes quando se analisam em função das variáveis independentes, tais como as de caracterização social, as de proximidade com os contextos de consumo, e as orientações socioculturais. Há sobre estas relações quatro tendências a ter em conta.

A primeira é a de quanto mais qualificados escolar e profissionalmente são os indivíduos, pertencendo à população activa e em plena idade adulta, maior é a tendência para verem o fenómeno do consumo de drogas como um problema individual de dependência química e os consumidores de drogas como doentes, acima de tudo. São também os que mais apostam no tratamento e na ideia da recuperação e reversibilidade da situação de toxicodependência.

A segunda tendência detectada aponta para uma perspectiva mais conservadora e repressiva, especialmente difundida entre os menos qualificados, inactivos (reformados e domésticas), e mais velhos, assente numa perspectiva mais discriminatória e defendendo com maior veemência o carácter permanente ou duradouro das situações de toxicodependência e dos consumos de drogas ilícitas.

Uma terceira tendência mostra claramente que, quanto maior proximidade os portugueses têm de contextos de consumo de drogas ilícitas e/ou de consumidores, mais liberal e permissiva tende a ser a sua percepção do fenómeno da toxicodependência. Estes resultados são consonantes com outros encontrados no final dos anos 90, numa pesquisa realizada em 11 países europeus<sup>14</sup>.

E, por último, no que se refere às orientações socioculturais dos portugueses, o que esta pesquisa evidencia é que entre os que perfilham projectos de vida mais auto-centrados e os que defendem valores mais associados ao risco e à aventura, menor é a

---

14 Korf DJ, Bless R, Nottelman N. Urban Drug Problems, Policy Makers and the General Public. European Journal on Criminal Policy and Research 1998. 6, Netherlands, Kluwer Academic Publishers: 337-356.

tendência para uma perspectiva mais repressiva ou normativa sobre o uso de drogas ilícitas.

Vejamos agora como todas estas variáveis interagem em conjunto, recorrendo a um conjunto de análises multivariadas realizadas a partir dos dados obtidos nesta pesquisa.

## Modos de percepção das drogas em Portugal

Expostas as principais tendências de opinião dos portugueses sobre o consumo de drogas ilícitas, procura-se de seguida perceber se há na verdade diferentes modos de percepção deste fenómeno na sociedade portuguesa e como se caracterizam. Através de uma análise de *clusters*<sup>15</sup> foi possível identificar nitidamente *três modos diferentes de percepção das drogas em Portugal* (Quadro 1).

**Quadro 1** Tipologia dos modos de percepção das drogas em Portugal

	<b>Estilo de Vida</b> (média)	<b>Problema Social</b> (média)	<b>Doença</b> (média)	<b>Total</b> (média)
<b>Percepções sociais sobre substâncias</b>				
(0=não; 1=sim)				
Existem várias substâncias ilícitas que provocam efeitos e consequências diferentes nos indivíduos	0,91	0,98	0,98	0,96
A produção de drogas ilícitas é um recurso económico para a vida de muitas populações pobres em vários locais do mundo	0,87	0,84	0,76	0,81
As drogas ilícitas fazem parte de qualquer sociedade e devem ser encaradas desse modo	0,75	0,62	0,45	0,58
Se os interesses financeiros associados ao narcotráfico terminassem, as drogas deixariam de ser ilícitas	0,80	0,80	0,75	0,78
As drogas ilícitas são um problema social e criminal grave e por isso devem ser eliminadas das sociedades	0,84	0,98	0,95	0,93
<b>Percepções sociais sobre consumidores</b>				
(1=todos; 4 nenhuns)				
Os consumidores de drogas ilícitas são pessoas que vivem com uma dependência forte de substâncias químicas	3,08	3,64	3,37	3,36
Os consumidores de drogas ilícitas são iguais a quaisquer outras pessoas, apenas optam por um modo de viver diferente	2,89	2,68	2,51	2,66

15 O método utilizado foi o K-Means Clusters. Os três modos de percepção aqui apresentados são o resultado de uma fase anterior de análise de resultados, com a interpretação de soluções para 2, 4, 5 e 6 grupos. Esta pareceu ser a solução mais adequada, quer do ponto de vista dos requisitos estatísticos, quer do ponto de vista da interpretabilidade sociológica dos perfis encontrados, à semelhança da metodologia seguida por Costa, António Firmino da, Patrícia Ávila, Sandra Mateus (2002) Públicos da Ciência, Lisboa, Gradiva.

Os consumidores de drogas ilícitas são criminosos e deveriam ser julgados e punidos como tal	2,27	3,63	2,16	2,57
Os consumidores de drogas ilícitas são doentes e deveriam ser sujeitos a tratamentos médicos para se recuperarem	3,26	3,40	3,54	3,42
Os consumidores de drogas ilícitas são jovens que não pensam nas consequências dos seus actos para o futuro	2,99	3,53	3,27	3,26
Os consumidores de drogas ilícitas optam de modo consciente por esses consumos e ponderam as suas vantagens e desvantagens	2,68	2,42	1,49	2,06
Os consumidores de drogas ilícitas são pessoas que vivem em situações de exclusão social	2,92	3,39	2,98	3,07
<b>Percepções sociais sobre as consequências dos consumos de drogas</b>				
(1=concordo totalmente; 4=discordo totalmente)				
Os consumidores de drogas ilícitas são sempre toxicodependentes, independentemente, de conseguirem parar de consumir drogas por um longo período	2,68	3,66	2,61	2,90
Os consumidores de drogas ilícitas provocam muitos problemas e mal-estar na sociedade, tais como, o aumento da criminalidade, a transmissão de doenças, entre outros	3,13	3,85	3,53	3,50
A discriminação e a exclusão social são consequências inevitáveis do consumo dependente e excessivo de drogas ilícitas	3,03	3,71	3,45	3,40
Os consumidores de drogas ilícitas muito dificilmente conseguem um emprego após um período de recuperação e/ou tratamento	2,77	3,68	3,17	3,19
A maior parte dos crimes cometidos pelos consumidores de drogas ilícitas são para conseguir dinheiro que garanta os consumos	3,17	3,82	3,69	3,58
Os consumidores de drogas ilícitas têm vidas muito mais facilitadas e felizes que o conjunto da população	2,48	2,25	1,14	1,80
Após o início dos consumos dependentes e excessivos de drogas ilícitas, as redes de relacionamento social dos consumidores (amigos, familiares, colegas, etc.) tendem a reduzir-se muito e por vezes extinguem-se	3,09	3,75	3,51	3,45
Os consumidores de drogas ilícitas podem ter percursos escolares e/ou carreiras profissionais tão bem sucedidas quanto quaisquer outras pessoas	3,10	2,25	2,29	2,50
As consequências do consumo de drogas ilícitas são sempre graves ou muito graves para a saúde dos que o fazem	3,20	3,93	3,76	3,65
Os consumidores de drogas ilícitas são pessoas de todas as idades, classes sociais, regiões e de ambos os sexos, não pertencendo a nenhum grupo em especial	3,33	3,68	3,69	3,59

As tendências manifestadas agrupam-se assim em três modos distintos de percepção do consumo de drogas. Por um lado, surgem associadas ao cluster “drogas como uma doença” as variáveis que reflectem o consumo de drogas como uma doença recuperável, sendo neste grupo que se inclui a maioria da população portuguesa (46,5%). Por outro lado, é possível identificar um segundo cluster, denominado “drogas como um estilo de vida” – que associa o facto de o consumo de drogas poder ser uma opção consciente, ou um modo de viver diferente, e a visão das substâncias ilícitas

como um meio de sobrevivência económica para determinadas populações, e também a consequências sociais não muito negativas (consumidores podem ter vidas tão bem sucedidas quanto quaisquer outras pessoas e até mais felizes que o conjunto da população). São 27,5% os portugueses que tendem a encarar as drogas como um estilo de vida e que foram incluídos neste cluster.

Por outro lado ainda, num terceiro cluster encontram-se os indivíduos que associam imagens que remetem os consumidores para situações de discriminação e exclusão social, para a criminalidade, para as dificuldades de inserção social e profissional, para o estigma, para as características específicas das culturas juvenis<sup>16</sup>, entre outras dimensões sociológicas do problema da toxicod dependência. Constituem 26% os portugueses que percebem as drogas e consideram os consumos de drogas ilícitas essencialmente como um “problema social” (Quadro 2).

**Quadro 2** Modos de Percepção das Drogas em Portugal, por clusters

Clusters	%
Drogas como <i>uma doença</i>	46,5
Drogas como <i>estilo de vida</i>	27,5
Drogas como <i>problema social</i>	26,0
Total	100,0

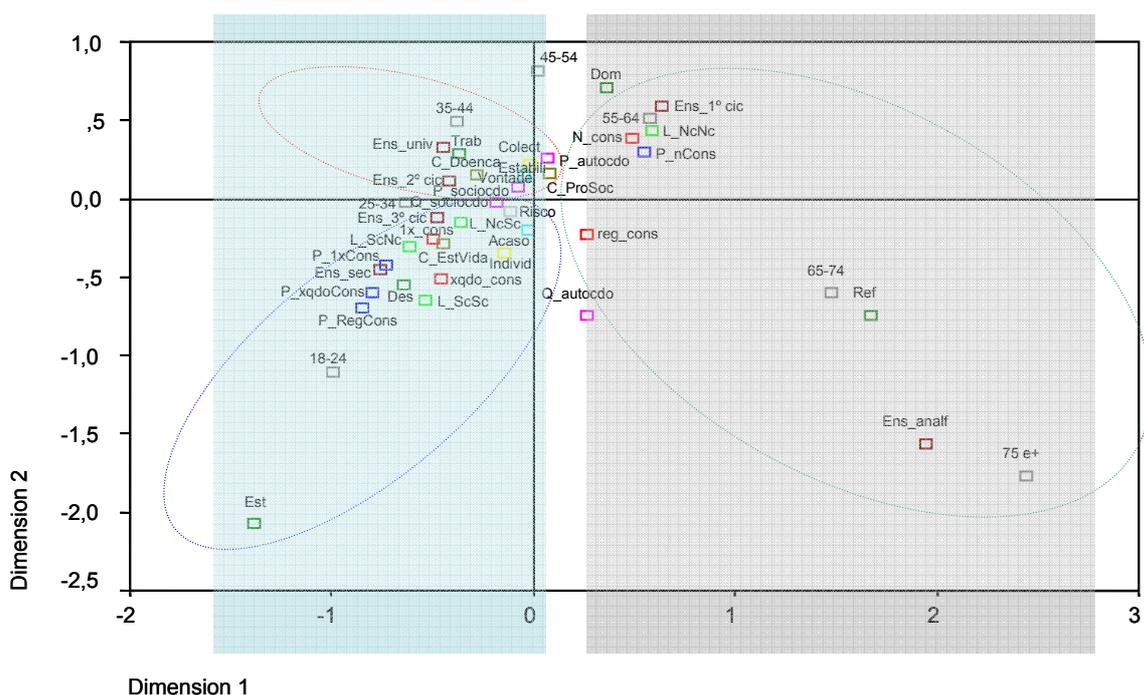
De modo a complementar os resultados alcançados até aqui recorreu-se também a uma análise de correspondências múltiplas (HOMALS) que permitiu antever a distribuição da associação das variáveis num espaço topológico. A Figura 2 mostra os modos de percepção das drogas na sociedade portuguesa.

Ao analisarmos a Dimensão 1, o que surge claramente é uma oposição entre os portugueses que não têm qualquer relação com universos de consumos de drogas (lado direito do eixo vertical, sombreado a cinzento claro) e os que pelo contrário, não só têm contactos com pessoas que consomem drogas, como alguns deles também o fazem, ou frequentam locais onde se consomem drogas com relativa regularidade (lado esquerdo do eixo vertical, sombreado a azul claro). Associa-se pois ao lado direito, o cluster *drogas como um problema social* e ao lado esquerdo os que entendem as drogas como *estilo de vida* ou *uma doença*.

<sup>16</sup> Pais, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.; Pais, José Machado (1999), *Traços e Riscos de Vida. Uma Abordagem Qualitativa a Modos de Vida Juvenis*, Colecção Trajectórias, Porto, Ambar.; Pais, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, Colecção Trajectórias, Porto, Ambar.

Porém, a análise da Dimensão 2 traz-nos mais alguma informação adicional que permite distinguir três grupos dentro do espaço topológico acima representado, os quais se identificam com elipses a tracejado, clarificando os três modos de percepção das drogas em Portugal e características associadas aos indivíduos que assim as percebem.

**Figura 2** Modos de Percepção das Drogas em Portugal – Espaço Topológico



Iniciando mais uma vez pelo lado direito do eixo vertical, encontramos aí uma associação entre o grupo de portugueses que encaram as drogas como um problema social e os indivíduos mais velhos (com mais de 55 anos), inactivos (domésticas e reformados), pouco escolarizados (1º ciclo ou analfabetos), e que não têm contactos com consumidores, universos de consumo ou substâncias ilícitas. Mantém-se assim, em grande medida, a mesma análise já efectuada para a Dimensão 1.

Já do lado esquerdo, há uma divisão em dois sub-grupos. Um grupo de portugueses que se associa ao cluster *drogas como uma doença*, activos, com idades entre os 35 e os 44 anos, escolaridade de nível superior ou 2º ciclo, cujas orientações socioculturais se desenham para a estabilidade, o colectivo, a vontade e para projectos sociocentros, com fraca proximidade aos universos de uso de drogas e a utilizadores. E um outro grupo de portugueses que se associa ao cluster *estilo de vida*, com características sociais também vincadas – mais jovens, inactivos (estudantes ou

desempregados), com orientações socioculturais mais autocentradas e voltadas para o risco, a aventura e o individual, muito associados aos contextos e universos de consumo (conhecem consumidores e contactam com regularidade com eles, frequentam locais onde se consome drogas com regularidade e serão, porventura, alguns deles também consumidores).

Estes três grupos assim estruturados no espaço topológico da sociedade portuguesa são um contributo indiscutível para o conhecimento científico sobre o modo como as populações percebem o fenómeno do consumo de drogas.

## **Conclusões**

A pesquisa desenvolvida em Portugal sobre os Modos de Percepção das Drogas em Portugal pretende abordar uma dimensão pouco explorada nos estudos sobre substâncias psicoactivas ilícitas e toxicodependências. Abordada frequentemente com alguma leveza, a questão da opinião pública sobre determinados fenómenos que se entendem como problemas sociais e individuais graves, fica agora com um recurso cientificamente válido para a discussão sobre as percepções sociais dos portugueses face às drogas.

Este estudo não pretende de modo nenhum identificar prevalências de consumo na sociedade portuguesa (outros já o fizeram com êxito<sup>17</sup>), mas antes de mais pretendia identificar e perceber como é que os portugueses entendiam algumas das questões em torno do consumo de drogas.

Tendo-se visto no início que as políticas públicas na área das toxicodependências são muitas vezes desenvolvidas em Portugal com base em suposições e não em dados concretos e objectivos, estes resultados podem indiscutivelmente ser utilizados para a definição de políticas que possam ir no sentido de uma maior liberalização ou maior repressão, de acordo com o que os portugueses pensam sobre o assunto.

A opinião dos portugueses sobre o fenómeno das drogas é agora conhecida em extensão e com representatividade, podendo avançar-se para outras análises mais em

---

17 Balsa, Casimiro, Tiago Farinha, João Pedro Nunes e Miguel Chaves (2001), Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psico-activas na População Portuguesa, (Documento de Síntese dos Resultados), Instituto de Investigações Sociológicas (CEOS), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.;

Negreiros, Jorge (2002) Prevalência e Padrões de Consumo Problemático de Drogas em Portugal, Lisboa, IDT.

profundidade. É essa a intenção da pesquisa para doutoramento em que se insere esta parte da investigação – investigar agora não só os consumidores que se relacionam directamente com o fenómeno para compreender trajectórias, intersecções, proximidades e transferibilidades entre consumos de diversas substâncias, mas também aprofundar os resultados aqui apresentados com a realização de focus groups centrados na opinião dos portugueses sobre as drogas e de entrevistas individuais a consumidores de substâncias psicoactivas ilícitas para compreender os *modos de relação com as drogas*.

Porque como diz Becker, as drogas e as suas definições são antes de mais um problema de julgamento moral enquadrado num determinado contexto social<sup>18</sup>. Em Portugal, elas são vistas de três modos distintos, baseados, na verdade, num maior ou menor julgamento moral dos consumos de substâncias ilícitas.

Torna-se pois imperativo discutir em maior profundidade os resultados aqui alcançados, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista empírico, e ainda da intervenção pública no campo das drogas e das toxicodependências.

---

18 Becker, Howard (2001) Les drogues: que sont-elles?, in Becker HS (editor). Qu'est-ce qu'une drogue?, Anglet, Atlantica.